

## **Propostas da 8ª Conferência Municipal da Pessoa com Deficiência**

**Ano 2015**

### **EIXO I - Gênero, raça e etnia, diversidades sexual e geracional**

- Que os programas voltados para a terceira idade acolham os idosos com deficiência.
- Instalar, nas diferentes regiões, Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIS) que garantam atendimento ao público com deficiência.
- Ampliar os serviços domiciliares a pessoas com deficiência e pessoas idosa.
- Realizar, no mínimo, uma campanha unificada por ano de combate ao preconceito e à violência a partir da articulação da temática de gênero, geração, etnia, orientação sexual e condição de deficiência
- Oferecer cursos para formar cuidadores para pessoas com deficiência e pessoas idosas.
- Articulação entre os órgãos governamentais para que pessoas com deficiência; crianças, jovens e idosos participem dos programas e projetos destinados à este público.
- Adequação dos programas voltados a mulher para que as mulheres com deficiência sejam atendidas de acordo com suas especificidades.
- Promover seminários, nos territórios, que discutam temáticas relativas às violências sofridas pelas mulheres com deficiência.
- Que as campanhas de prevenção de câncer de colo de útero, câncer de próstata, testes de HIV, prevenção de DST/AIDS sejam direcionadas às pessoas idosas, pessoas com deficiência e LGBT.
- Organizar grupos de apoio às pessoas com deficiência LGBT.
- Promover grupos de debate e discussão sobre temáticas LGBT em Libras e estimular a participação das pessoas surdas nas diversas ações voltadas à temática.
- Transversalização das políticas LGBT em relação às pessoas com deficiência quanto a sua orientação sexual e identidade de gênero.
- Instalação de banheiro família nos espaços onde ainda não existem, de maneira a permitir aos familiares/cuidadores acompanharem as pessoas com deficiência em sua higiene e cuidados pessoais.
- Garantir que os materiais de campanhas, desenvolvidos nas áreas de direitos humanos e cidadania, abordem a temática da pessoa com deficiência.
- Capacitação de profissionais para a temática da sexualidade da pessoa com deficiência.

- Transversalização das políticas da criança e do adolescente na perspectiva da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Implementação de políticas públicas no atendimento à criança e ao adolescente para o fortalecimento do desenvolvimento humano com base no reconhecimento e no respeito às diferenças.
- Produzir em linguagem infantojuvenil a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Promover Fórum de Discussão sobre a temática “Pessoas negras, indígenas e ciganas com Deficiência”.
- Mapear as famílias negras que tenham filhos com deficiência, realizando pesquisa que identifique a existência de patologias falcêmicas e outras patologias que desenvolvam deficiências.
- Qualificar ações para a prevenção de deficiências com identificação precoce e intervenção oportuna; elaboração de cartilha com informações sobre as condições de saúde que acometem a população negra e que podem acarretar alguma deficiência.
- Fazer levantamento dos diferentes tipos de violências imputadas às pessoas negras, atentando àquelas com deficiência, e observar a ocorrência de vulnerabilidade psíquica decorrente de crimes de discriminação e preconceito.
- Avaliação das políticas públicas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos das pessoas negras, indígenas e ciganas com deficiência, vítimas de discriminação racial e demais formas de intolerância.
- Garantir o acesso dos indígenas com deficiência à Rede de cuidados da pessoa com deficiência.

## EIXO II - Órgãos Gestores e Instâncias de Participação Social

- Criação de fundos especiais que organizem os recursos financeiros nos âmbitos federal, estadual e municipal, destinados à implementação das políticas relativas à pessoa com deficiência.
- Articulação entre os órgãos da administração pública para o desenvolvimento e acompanhamento das políticas para as pessoas com deficiência no âmbito do município.
- Criação de recursos interativos para a divulgação e o compartilhamento de informações a respeito dos direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e dos serviços ofertados por cada esfera de governo.
- Criação de lei para regulamentar o programa Gente Eficiente.
- Criação de lei para regulamentar a Coordenadoria Municipal de Políticas para Pessoas com Deficiência.

- Criação da Superintendência Municipal de Políticas para Pessoas com Deficiência.
- Criação de Centro-Dia para as pessoas com deficiência, cuja localização ocorra em área central e de fácil acesso aos munícipes.
- Criação de Residência Inclusiva no município.
- Criação de uma oficina de órteses e próteses no município de Resende.
- Fomentar a educação em Direitos Humanos e em cidadania ativa na perspectiva da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito do município.
- Implantação e implementação de um programa educacional e profissionalizante, para atendimento de pessoas com deficiência múltipla, que estão fora da faixa etária para escolarização.
- Implantação do programa de adestramento e fornecimento de cão-guia do Plano Viver sem Limite no âmbito municipal, bem como nas demais esferas para atender idosos e pessoas com deficiência.
- Construção da sede própria para o funcionamento do CEDEVIR (Centro Educacional Municipal de Atendimento a Deficientes Visuais de Resende).
- Articular a discussão entre os profissionais de saúde e educação para o atendimento e diagnóstico das diversas deficiências no âmbito do município de Resende.
- Ampliação do Serviço Municipal de Equoterapia, visando o atendimento de pessoas com deficiência e/ou pessoas que tenham indicação para este tipo de serviço.
- Implementação de acessibilidade nos CRAS e no entorno, respeitando as preconizações do Decreto nº 5296/2004 e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social.
- Adequação física que garanta acessibilidade nas calçadas, principalmente no entorno de instituições de atendimento às pessoas com deficiência.
- Melhorar a acessibilidade dos estabelecimentos públicos e privados para receberem pessoas com deficiência, conforme a lei nº 5296/2004.
- Promover a acessibilidade em todas as escolas do município.
- Estruturação do espaço físico do Projeto Gente Eficiente, de maneira a possibilitar atendimento adequado aos usuários e suas especificidades.
- Ampliação das calçadas acessíveis garantindo o deslocamento de pessoas com deficiência com mais segurança e autonomia.
- Ampliação de quadro de profissionais para o projeto Gente Eficiente, de maneira a atender adequadamente aos usuários e especificidades.
- Aumento de efetivo de profissionais de especialidades, como; médico, ortopedista, neurologista, dermatologista, na rede municipal de saúde.

- Criação do cargo de interprete na Prefeitura Municipal de Resende.
- Realizar capacitação de todos os professores da escola regular para que possam trabalhar com alunos que possuem deficiência dentro de sala de aula.
- Acompanhar e monitorar as metas e objetivos relativas a Educação Especial do Município de Resende, contempladas no Plano Municipal de Educação aprovado em junho de 2015.
- Aprimorar a oferta do Atendimento Educacional Especializado, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.
- Adaptação de todos os ônibus para que possam transportar pessoas com deficiência com maior segurança e autonomia.
- Ampliação da frota dos veículos adaptados para 100% em cumprimento ao decreto lei nº 5.296/04.
- Aumento de frota de taxi adaptado para que possam transportar pessoas com deficiência com qualidade e segurança.
- Fortalecimento do Conselho da Pessoa com Deficiência para melhor atuação no município de Resende.
- Acompanhamento das matérias discutidas e votadas nas comissões permanentes da Câmara Municipal de Resende-RJ por parte dos grupos e comissões de trabalho temáticos do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Resende.
- Garantir e manter a articulação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Resende com os demais Conselhos Municipais através de representação.
- Criação de uma lei que estabeleça a responsabilidade com as calçadas por proprietários de imóveis e que dê incentivos para a adequação e manutenção das mesmas.
- Intensificar a fiscalização para o cumprimento das leis de acessibilidade nos setores públicos, privados e nas vias públicas.
- Adequação física de hotéis e restaurantes, visando garantir a acessibilidade, promovendo a sensibilização e treinamento dos funcionários para atender as pessoas com deficiência.
- Viabilizar a oferta de capacitação a prestadores de serviço no Município de Resende como: empresa de ônibus, comércio, hotéis entre outros, sobre como lidar e atender as pessoas com deficiência.
- Mapear os atrativos turísticos (culturais e naturais) já existentes classificando de acordo com a acessibilidade e realizar sua divulgação através de guias, site e outros.
- Sensibilização dos serviços de taxi no município para a importância do aprendizado em libras a fim de viabilizar a comunicação com o surdo.
- Estímulo à presença de interpretes nos mais diferentes setores e instancias da sociedade.

- Que a disciplina de Libras seja disseminada nas escolas regulares.
- Difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em todas as políticas públicas.

### EIXO III - A interação entre os Poderes e os entes federados

- Criar recomendação aos serviços de atendimento às pessoas com deficiência para que respeitem as especificidades de horário e rotina de deficientes e suas famílias, de modo a facilitar uma efetiva participação social do segmento.
- Ampliação da oferta de recursos, apoios e atendimentos para as pessoas com deficiência múltipla.
- Viabilizar a realização de um censo de pessoas com deficiências e transtorno global de desenvolvimento espectro autista no Município de Resende, a fim de colher informações fidedignas sobre essa demanda para direcionar e orientar o planejamento de políticas públicas que atendam essas pessoas.
- Implementação da Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência no âmbito do município de Resende.
- Gestão compartilhada entre os serviços de saúde ofertados às pessoas com deficiência nas 3 esferas governamentais.
- Oferta de medicamentos de alto custo pela rede municipal de saúde.
- Que o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência acompanhe e monitore anualmente, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e Secretaria Municipal de Educação, o acesso a escola por parte das pessoas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), de maneira a garantir a aplicabilidade do Programa BPC na Escola.
- Promoção da acessibilidade no âmbito do Poder Legislativo.
- Maior diálogo com o poder legislativo para buscar uma diminuição do tempo mínimo, de dezoito para seis meses, de trabalho, para requerer o seguro desemprego de pessoas com deficiência.
- Implementar nos currículos de graduação, programas que pautem as especificidades das pessoas com deficiência, de maneira a formar profissionais mais qualificados para lidar com o segmento.
- Criação de curso para acompanhantes/mediadores dentro do projeto de pedagógico dos cursos das licenciaturas e formações, com ênfase na educação especial.
- Criação de vagas em cursos profissionalizantes para as pessoas com deficiência intelectual.

- Promoção de estudos e pesquisas em doenças raras que causam deficiência e efetivação de políticas públicas nas três esferas.
- Organização e integração do atendimento às pessoas com deficiência vítimas de violência sexual nas 3 esferas governamentais.
- Promoção de estratégias e ações relativas à prevenção de deficiência nas 3 esferas governamentais.
- Levantamento estatístico relativo à saúde da pessoa com deficiência.
- Disponibilização de médico neurologista para atuar na Associação Pestalozzi de Resende.
- Interlocução entre o poder executivo e o poder judiciário para garantir a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.
- Articulação entre os órgãos públicos para erradicação das situações de exploração econômica de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nas 3 esferas governamentais.
- Criação de estratégias e instrumentos para acompanhamento, monitoramento e definição de prioridades em relação à acessibilidade urbana e mobilidade.
- Criação de campanhas de trânsito para a sensibilização do respeito às vagas destinadas à pessoa com deficiência pela sociedade em geral.
- Produção de agenda intersetorial tendo como tema a transversalidade no mundo do trabalho para pessoas com deficiência.
- Implantar e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento das políticas de habitação e moradia para as pessoas com deficiência.
- Provisão de orçamento para a implementação de políticas públicas para as pessoas com deficiência nos diversos órgãos da administração pública.
- Criação de instrumentos de monitoramento das políticas da pessoa com deficiência no âmbito do município de Resende.
- Parceria entre os governos estadual e municipal para agilizar a emissão do Vale Social.